

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

JONAS DONIZETTE

PREFEITO

Henrique Magalhães Teixeira

VICE-PREFEITO

Rogério Menezes

Secretário Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

PLANO MUNICIPAL DO VERDE

EIXO ARTICULADOR

Campinas, 01 de abril de 2016.

SUPERVISÃO GERAL

Andréa Cristina de Oliveira Struchel

Guilherme Theodoro Nascimento Pereira de Lima

Sylvia Regina Domingues Teixeira

COORDENAÇÃO GERAL

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ângela Cruz Guirao

Mariana Ferreira Cisotto

GRUPO DE TRABALHO

Chefia de Gabinete do Prefeito

Maria Izilda Stoqui

Mariana Augusta Pereira dos Santos

Paulo Ricardo E. de Carvalho Neto

Rebeca Veiga Barbosa

Vitor Moraes Ribeiro

Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

AletheaBorsariPeraro

Ana Paula Pellegrino

Carolina Maria Neves Quadros

Gabriel Neves

Guilherme Henrique Pereira da Silva

Heloísa Fava Fagundes

Juliano Braga

Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos

Valéria Murad Birolli

Kelly Regina V. Correia

Secretaria de Cidadania, Assistência e Inclusão Social

Geziel Antônio dos Santos

Eliane Jocelaine Pereira

Secretaria Municipal de Comunicação

Camila Menezes Fernandes

Mônica Elisa Rocha Monteiro

Secretaria Municipal de Habitação

Tak Chung Wu

Miguel Arcanjo Monteiro Vicente

Secretaria Municipal de Cultura

Daisy Serra Ribeiro

Helcio de Abreu Junior

Secretaria Municipal de Infraestrutura

Vitor Rafael de Andrade Assunção

Renato de Camargo Barros

**Secretaria Municipal de Desenvolvimento
Econômico, Social e Turismo**

Mariana Savedra Pfitzner

Andrea Santos de Deus

**Secretaria Municipal de Planejamento e
Desenvolvimento Urbano**

Marílis Busto Tognoli

André dos Santos Paula

Secretaria Municipal de Educação

Lúcia Helena Pegolo Gama

Jullia Adriana Pallandi Silva

Secretaria Municipal de Saúde

Ivanilda Mendes

Dinah Teru Tuboi Gondim Galbes

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

Israel Blazutti

Paulo Sérgio Fuzari

**Secretaria Municipal de Cooperação nos
Assuntos de Segurança Pública**

Isaías Ferreira Faro

Silvana Barbosa

Secretaria Municipal de Finanças

Celso Luiz Araújo Pudenzi

Maurício Delgado

Secretaria Municipal de Serviços Públicos

Márcia Calamari

Primo Ângelo Falzoni Neto

Secretaria Municipal de Urbanismo

José Ricardo de Gasperi

Ester Ishikawa Real

**EMDEC – Empresa Municipal de
Desenvolvimento de Campinas S/A**

Ana Paula Franke

Clair Inácio de Sousa

Fundação José Pedro de Oliveira – ARIE

Mata de Santa Genebra

Laís Santos de Assis

Augusto de Oliveira Brunow Ventura

**Sociedade de Abastecimento de Água e
Saneamento S/A – SANASA**

Marília Abdo Palhares Ensinas

Felipe Pereira de Campos Vergueiro

APRESENTAÇÃO

O processo dinâmico e intenso da urbanização e ausência de planejamento muitas vezes negligenciam a demanda e o cuidado com as Áreas Verdes, resultando na redução da cobertura vegetal e carência de espaços públicos comuns. No entanto, a busca pela melhoria na qualidade de vida da população nos centros urbanos e pela sustentabilidade ambiental está vinculada essencialmente à gestão das Áreas Verdes. Essa relação consiste principalmente na promoção do bem-estar e saúde da população, manutenção e melhoria da biodiversidade dos ecossistemas, bem como em benefícios econômicos relevantes.

Os instrumentos legais para a gestão destas áreas, a exemplo do Código Florestal, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, da Lei de Crimes Ambientais, das Resoluções CONAMA, assim como da Lei Orgânica e dos Planos Diretores (em uma escala local) direcionam e influenciam diretamente a quantidade, qualidade e distribuição das Áreas Verdes. Mas, a maioria das cidades carece de uma definição clara e capaz de sustentar desde a concepção destas Áreas Verdes até a adequação da gestão eficaz. Neste panorama, a falta de ações direcionadas, claras e concretas leva a uma gestão deficiente e desintegrada do planejamento da urbe.

Neste sentido, o Plano Municipal do Verde (PMV) configura-se como um documento norteador e unificador, com diretrizes estabelecidas e metas bem delineadas para uma gestão eficaz, eficiente e integrada das Áreas Verdes no município de Campinas.

Para tanto, considerando a interdisciplinaridade da temática, a necessidade do envolvimento e união dos

esforços dos diversos Órgãos ligados direta ou indiretamente às Áreas Verdes, a Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SVDS coordena a articulação entre estas instituições da administração pública na elaboração do presente documento: Gabinete do Prefeito e das Secretarias Municipais de Assuntos Jurídicos; Cidadania, Assistência e Inclusão Social; Comunicação; Cultura; Desenvolvimento Econômico, Social e de Turismo; Educação; Esporte e Lazer; Finanças; Habitação; Infraestrutura; Planejamento e Desenvolvimento Urbano; Saúde; Segurança Pública; Serviços Públicos; Urbanismo; EMDEC, Fundação José Pedro de Oliveira e da SANASA. A participação da população também será efetiva e essencial na construção deste Plano com a proposição de demandas dos programas e ações, isso porque o Poder Público de Campinas preza pela transparência e acessibilidade à informação e um Controle Social ativo na construção do Plano.

Assim, o Plano Municipal do Verde buscou consolidar as ações de conservação e recuperação das Áreas Verdes de Campinas, determinando programas e metas que asseguram as funções básicas destas áreas e beneficiam toda a população campineira.

Rogério Menezes

***Secretário Municipal do Verde, Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável***

SUMÁRIO

EIXO ARTICULADOR	9
1.1 Introdução	9
1.2 Programas e Ações	9
1.3 Avaliação e Monitoramento	42
1.4 Matriz de demanda e atendimento	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	53



EIXO ARTICULADOR

EIXO ARTICULADOR

1.1 Introdução

O Eixo Articulador trata da definição dos programas e ações, por meio dos procedimentos necessários para a implantação do Sistema de Áreas Verdes e Unidades de Conservação, por meio da definição de programas e ações específicas e integradas entre os eixos ambiental e institucional que nortearão o planejamento e a gestão das Áreas Verdes na próxima década.

1.2 Programas e Ações

Os programas foram estruturados a partir dos cenários atual, ideal e alvo dos Eixos Ambiental e Social, bem como as demandas e contribuições da população. O Eixo Ambiental referiu-se ao inventário e a caracterização das Áreas Verdes, abrangendo tanto os aspectos quantitativos, qualitativos e de distribuição dessas áreas, bem como seus aspectos socioambientais. O Eixo institucional abordou a articulação político-institucional, financeira e material. Nesse eixo se sustenta o que é necessário para que a gestão das Áreas Verdes seja eficaz e eficiente, seja pelo comprometimento interinstitucional e intrainstitucional, pela identificação de fontes de recursos e sua disponibilização, pelas parcerias estabelecidas potenciais e futuras ou pela definição de procedimentos coletivos.

Durante o processo de elaboração dos programas, na fase prognóstica do PMV, o Eixo Ambiental foi subdividido em dois temas, sendo uma temática referente aos programas direcionados às Áreas Verdes com Função Social e uma temática referente aos programas direcionados às Áreas Verdes com Função Ecológica.

O Eixo Institucional também foi subdividido em duas temáticas. O primeiro tema corresponde ao arcabouço legal do plano, enquanto o segundo abrange toda a esfera político institucional envolvida no processo de planejamento e implantação do PMV, discutida com o Grupo de Trabalho.

Individualmente cada Programa possui seu detalhamento, permitindo a visualização de suas particularidades e auxiliando no processo de implantação dos mesmos.

Dentro da estrutura dos programas, encontram-se os seguintes itens:

- **Justificativa:** Explicita qual a importância da aplicação do programa diante da problemática existente.
- **Resultados esperados:** Demonstra a visão da equipe técnica do PMV sobre os resultados que são esperados diante da aplicação plena do programa.
- **Prazo do programa:** Prazo estabelecido para a aplicação do programa, podendo ser curto (02 anos), médio (05 anos), longo (10 anos) ou contínuo.
- **Coordenador:** Pasta responsável pela coordenação da implantação do programa. Em alguns casos são especificados os departamentos responsáveis dentro da secretaria.
- **Atividades:** Descreve quais atividades serão realizadas no decorrer do processo de implantação dos programas ao

qual estão relacionadas.

- **Detalhamento:** Demonstra detalhadamente como serão desenvolvidas as atividades.
- **Indicador:** Recurso metodológico utilizado como medida de aferição para desenvolvimento ou desempenho de determinada atividade inserida em um programa.
- **Prazo da atividade:** Prazo estabelecido para a realização da atividade específica do programa. Assim como no prazo do programa o tempo de aplicação pode ser curto (02 anos), médio (05 anos), longo (10 anos) ou contínuo.
- **Local prioritário:** Determina quais áreas devem receber prioridade na aplicação de cada atividade dentro do programa. Em algumas situações esse item não se aplica.
- **Atores envolvidos:** Explicitam quais são os atores envolvidos e responsáveis pela aplicação de cada atividade inserida no programa.
- **Fontes financeiras previstas:** Demonstra quais as fontes financeiras estão previstas para utilização no processo de implantação de cada atividade do PMV.

Legenda

AGEMCAMP - Agência Metropolitana de Campinas

CATI - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

CMDRA - Conselho de Desenvolvimento Rural e do Agronegócio de Campinas

COFIT - Coordenadoria de Fiscalização de Terreno

COMDEMA - Conselho Municipal de Meio Ambiente de Campinas

CONDEPACC - Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas

Consórcio PCJ - Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FJPO – Fundação José Pedro de Oliveira

IAC – Instituto Agrônomo de Campinas

PMC – Prefeitura Municipal de Campinas

PROAMB - Fundo de Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente

RMC – Região Metropolitana de Campinas

SANASA - Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A.

SECOM - Secretaria de Comunicação

SEHAB - Secretaria Municipal de Habitação

SEINFRA - Secretaria Municipal de Infraestrutura

SEMURB - Secretaria Municipal de Urbanismo

SEPLAN - Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Urbano

SMA - Secretaria Municipal de Administração

SMA/SP –Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo

SMAJ - Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos

SMCASP - Secretaria Municipal de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública

SMC - Secretaria Municipal de Cultura

SMDEST - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

SME - Secretaria Municipal de Educação

SMEL - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

SMF - Secretaria Municipal de Finanças

SMPD - Secretaria do Direito das Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida

SMRH - Secretaria Municipal de Recursos Humanos

SMS - Secretaria Municipal de Saúde

SMSP - Secretaria Municipal de Serviços Públicos

SMT - Secretaria Municipal de Transportes

SVDS - Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

AMBIENTAL

EIXO

ÁREAS VERDES COM FUNÇÃO SOCIAL

PROGRAMA: GESTÃO DAS ÁREAS VERDES COM FUNÇÃO AMBIENTAL

JUSTIFICATIVA

Necessidade de criação e fortalecimento de políticas de gestão que aumentem a qualidade das áreas verdes sociais municipais bem como melhorar o Déficit de Áreas Verdes com Função Social.

RESULTADOS ESPERADOS

Garantia da função social das Áreas Verdes por meio do uso adequado desses espaços pela população



Fonte: Luiz Granzotto

AMBIENTAL

EIXO

ATIVIDADE: Promoção de atividades de lazer, esporte, cultura nas áreas verdes

PRAZO: CURTO

COORDENADOR: SMSP

DETALHAMENTO

- a) Divulgação das atividades através do site oficial da PMC e redes sociais de cada Secretaria envolvida;
- b) Manter as atividades já existente (Pq. Luciano do Valle, Pq. Portugal, Pq. Das Águas, Pq. Ecológico Monsenhor José Salim e Pq. Ecológico Dom Bosco)
- c) Implantar novas atividades
- d) Atividades para pessoas com deficiência: depende da acessibilidade dos locais para verificar a viabilidade da implantação de atividades (verificar com SPDMR);
- e) Relatório mensal com o número de participantes de cada atividade e as dificuldades e soluções adotadas

LOCAL PRIORITÁRIO

- a) Parques e Bosques
- b) Áreas Verdes não frequentadas indicadas nas oficinas por não terem atividades

FONTES FINANCEIRAS PREVISTAS

Recursos próprios SMEL e parcerias

INDICADOR

- a) nº de atividades realizadas por área verde social
- b) nº de áreas verdes com atividades implantadas
- c) nº de áreas verdes com atividades adequadas para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida
- d) nº de participantes por atividade realizada
- e) nº de atividades (de voluntários) cadastrados por semestre

METAS

Atividades em todas as áreas verdes sociais

ATORES ENVOLVIDOS

SVDS, SMSP, SMEL, SMC, SMDEST, SMS, SMPD



Fonte: Luiz Granzotto

AMBIENTAL

EIXO

ATIVIDADE:

Intensificação da segurança nas áreas verdes

PRAZO: CURTO

COORDENADOR: SMCASP

DETALHAMENTO

- a) "Patrulhamento de Área" mais frequente nos locais prioritários
- b) Treinamento específico para a fiscalização em áreas verdes

INDICADOR

- a) nº de áreas verdes patrulhadas em relação ao nº de áreas verdes com necessidade de patrulhamento
- b) Capacitação realizada pela SVDS para Guarda Municipal

METAS

- a) Regularidade de vistoria nas Áreas Verdes indicadas pelo PMV
- b) Capacitação realizada

LOCAL PRIORITÁRIO

- a) Áreas Verdes não frequentadas indicadas nas oficinas do PMV
- b) Parques e Bosques

ATORES ENVOLVIDOS

SMCASP, SVDS

FONTES FINANCEIRAS PREVISTAS

Recurso próprio da SMCASP e SVDS



Fonte: Rogério Capela

AMBIENTAL

EIXO

ATIVIDADE: Instalação de estruturas e equipamentos públicos de lazer

PRAZO: LONGO

COORDENADOR: SMSP

DETALHAMENTO

- a) Mapeamento e definição das áreas verdes que necessitam de estruturas de acessibilidade, de mobilidade e equipamentos em geral
- b) Adequação e manutenção das atividades e equipamentos de lazer para utilização por pessoas com deficiência e mobilidade reduzida e instalação de mapas e informações táteis, aparelhos híbridos, academias da terceira idade, parquinho infantil, ciclovias, banheiros, entre outros

LOCAL PRIORITÁRIO

- a) Parque Portugal (projeto piloto / referência)
- b) Demais áreas verdes sociais

ATORES ENVOLVIDOS

SMSP, SMPD, SVDS

FONTES FINANCEIRAS PREVISTAS

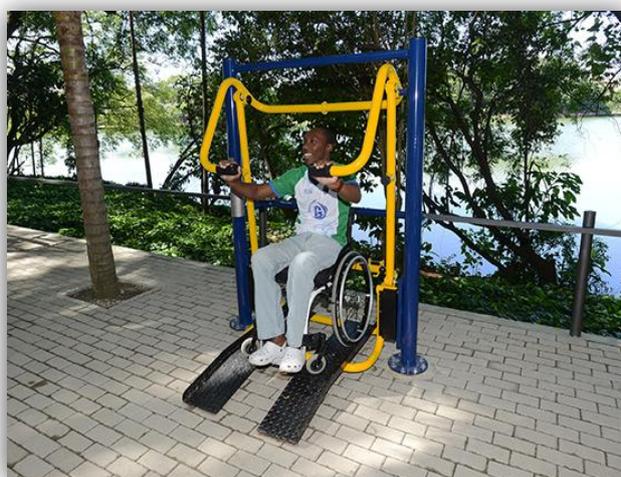
Recurso próprio da PMC, Termo de Compromisso Ambiental e Termo de Ajustamento de Conduta (SVDS)

INDICADOR

- a) nº de áreas verdes com estruturas e equipamentos públicos de lazer
- b) nº de áreas verdes com equipamentos adequados para pessoas com deficiências e mobilidade reduzida.

METAS

- a) todos os parques que passarem por revitalização deverão contemplar acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, dentro de um cronograma de planejamento
- b) mapeamento de acessibilidade de todas as praças públicas e parques do município
- c) 2 áreas verdes sociais equipadas e acessíveis por mês



Fonte: Carlos Bassan

ATIVIDADE: Mapeamento das Praças

PRAZO: MÉDIO

COORDENADOR: SEPLAN

DETALHAMENTO

- a) Revisão e finalização do mapeamento de todas as praças no banco de dados do município
- b) Identificação das praças que se enquadram no conceito de Áreas Verdes

INDICADOR

- a) nº de praças mapeadas em relação ao total das existentes no município
- b) nº de praças identificadas como áreas verdes em relação às praças já mapeadas

METAS

- a) mapear as praças do município
- b) Identificar as praças que são áreas verdes

LOCAL PRIORITÁRIO

Não se aplica

ATORES ENVOLVIDOS

SVDS, SEPLAN, SMSP

FONTES FINANCEIRAS PREVISTAS

Recurso próprio da SVDS, SEPLAN, SMSP



Fonte: Carlos Bassan

ATIVIDADE: Implantação de Parques Lineares

PRAZO: LONGO

COORDENADOR: SMSP

DETALHAMENTO

- a) Elaboração de estudo de viabilidade e diagnóstico da área do parque
- b) Definição de procedimentos para elaboração dos projetos executivos
- c) Elaboração dos projetos executivos dos parques lineares propostos, contendo medidas de intervenção
- d) Execução dos projetos elaborados

INDICADOR

- a) nº de estudos de viabilidade concluídos em relação ao nº total de parques propostos
- b) nº de projetos executivos concluídos em relação ao nº de parques lineares viáveis
- c) nº de parques lineares implantados em relação ao nº de parques lineares viáveis

METAS

- a) Estudos de viabilidade de todos os parques lineares propostos até 2017
- b) Projetos executivos dos parques lineares viáveis de prioridades 1 e 2 concluídos até 2018
- c) Projetos executivos dos parques lineares viáveis de prioridades 3, 4 e 5 concluídos até 2020
- d) Implantação dos parques lineares viáveis de prioridades 1 e 2 concluídos até 2022

LOCAL PRIORITÁRIO

- a) Prioridade dos Parques Lineares: 1 e 2

ATORES ENVOLVIDOS

SVDS, SMSP, SEINFRA, SEHAB, SEPLAN, SANASA, SMT

FONTES FINANCEIRAS PREVISTAS

Recurso próprio da SVDS, SMSP, SEINFRA, SEHAB, SEPLAN, SANASA, SMT, PROAMB e Recursos Federais



Fonte: Carlos Bassan

AMBIENTAL

EIXO

ÁREAS VERDES COM FUNÇÃO ECOLÓGICA

PROGRAMA: CONSERVAÇÃO FLORESTAL

JUSTIFICATIVA

Com o intuito de minimizar os vetores de pressão diagnosticados no PMV, são necessárias ações voltadas à conservação florestal.

RESULTADOS ESPERADOS

Garantia da manutenção da biodiversidade
Áreas recuperadas ou em processo de recuperação com aumento de biodiversidade e caracterizando-se como habitat de espécies da fauna silvestre



Fonte: Carlos Bassan

AMBIENTAL

EIXO

ATIVIDADE: Controle de Queimadas

PRAZO: LONGO

COORDENADOR: Defesa Civil

DETALHAMENTO

- a) Estabelecer brigadas de incêndio
- b) Compra de equipamento de combate a incêndio
- c) Fiscalização e comunicação sobre os focos de incêndios
- d) Procedimentos para multar incendiários
- e) Mapeamento do foco de incêndio e sua área queimada
- f) Definir procedimento para envio do Relatório de Ocorrência de Incêndios (ROI) para o Sistema Regional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PREVFOGO)
- g) Reforçar parcerias com órgãos públicos afins tais como Defesa Civil, Polícia Ambiental, Guarda Municipal e Bombeiros, que podem auxiliar na fiscalização ambiental

INDICADOR

- a) nº de ocorrências / ano
- b) m² de área queimada/ ano
- c) % de ocorrências com incêndio controlado (eficiência das brigadas e bombeiros)

METAS

Redução das áreas queimada ao longo dos anos

LOCAL PRIORITÁRIO

Áreas Verdes com ocorrências registradas

ATORES ENVOLVIDOS

SVDS, FJPO, Defesa Civil, Gabinete do Prefeito, Guarda Municipal, Bombeiros, SMSP (COFIT)

FONTES FINANCEIRAS PREVISTAS

Recurso próprio da SVDS, FJPO, Defesa Civil, Guarda Municipal, Bombeiros, SMSP (COFIT);
PROAMB



Fonte: FJPO

AMBIENTAL

EIXO

ATIVIDADE:

Manejo de espécies vegetais exóticas e invasoras

PRAZO: LONGO

COORDENADOR: SVDS

DETALHAMENTO

- a) Estudo das principais espécies exóticas invasoras do município
- b) Elaboração de um Manual de manejo
- c) Manejo das espécies
- d) Manutenção e monitoramento
- e) Divulgação à população
- f) Normativa punindo a manutenção de exótica invasora em propriedade privada

INDICADOR

- a) Manual de manejo elaborado
- b) m² de área manejada para espécies exóticas invasoras

METAS

Manejo de espécie exótica e invasora

LOCAL PRIORITÁRIO

- a) Linhas de conectividade dentro dos núcleos
- b) Linhas de conectividade entre núcleos
- c) Área de Preservação Permanente

ATORES ENVOLVIDOS

SMSP, SVDS, SME, SECOM, FJPO, COMDEMA, Parceria com Universidade, CMDRA

FONTES FINANCEIRAS PREVISTAS

Recurso próprio SMSP, SVDS, SECOM, SME, FJPO, COMDEMA, CMDRA; PROAMB



Fonte: SVDS

AMBIENTAL

EIXO

ATIVIDADE:

Gestão dos Patrimônios Naturais Tombados (PNT)

PRAZO: LONGO

COORDENADOR: SVDS

DETALHAMENTO

- a) Publicação de manual de gestão publicado (sinalização, envoltória, levantamento de flora e fauna, presença de animais domésticos, manejo de exóticas invasoras, manejo de borda, divulgação)
- b) Manejo necessário e específico nos PNT
- c) Promoção de estudos necessários para finalizar os processos de tombamento existentes e iniciar novos processos de tombamento se necessário

INDICADOR

- a) Manual de regramento da gestão dos PNT
- b) nº de bens estudados em relação ao nº total

METAS

40 PNT manejados conforme manual

LOCAL PRIORITÁRIO

- a) PNT com prioridade muito alta para conservação
- b) PNT com prioridade alta para conservação

FONTES FINANCEIRAS PREVISTAS

Recursos Próprios da SVDS, SMC; PROAMB, TCA, TAC, TCRA, Fundo de Restauração do Bioma da Mata Atlântica

ATORES ENVOLVIDOS

SVDS, SMC, CONDEPACC, SMAJ, SEPLAN, Parceria com Universidade



Fonte: Carlos Bassan

AMBIENTAL

EIXO

ATIVIDADE: Definição e viabilidade para a linha de conectividade (contemplando passagens de fauna)

PRAZO: LONGO

COORDENADOR: SVDS

DETALHAMENTO

- a) Criação de um Grupo de Trabalho
- b) Publicação de Manual contendo as principais diretrizes sobre a linha de conectividade (estudo de viabilidade e elaboração dos projetos executivos de implantação da linha de conectividade nos núcleos propostos)
- c) Execução dos projetos elaborados
- d) Divulgação e parcerias com instituições públicas e privadas
- e) Mapeamento de locais que necessitam da implantação de dispositivos de passagem de fauna
- f) Revisão da legislação e adequações necessárias regulamentando a execução de passagens de fauna, especialmente para construção de novos viários e parcelamentos de solo.

METAS

Conectividades estabelecidas

FONTES FINANCEIRAS PREVISTAS

Recursos Próprios da SVDS. SMSP, SMAJ, FJPO, SEPLANProamb, TCA, TAC, TCRA, Fundo de Restauração do Bioma da Mata Atlântica

INDICADOR

- a) Manual publicado
- b) núcleos com estudos de viabilidade concluídos em relação ao nº total de núcleos
- c) núcleos com projetos executivos concluídos em relação ao nº de núcleos
- d) extensão (km) da linha de conectividade implantada em relação à extensão total da linha
- e) Número de passagens de fauna implantadas) nº de fragmentos manejados/ano

LOCAL PRIORITÁRIO

- a) Núcleo Santa Genebra
- b) Núcleo Ribeirão Cachoeira
- c) Núcleo Ribeirão das Cabras
- d) Núcleo Serra D'Água/Capuavinha
- e) Núcleo PNM Jatobás/Campo Grande
- f) Núcleo Capivari Mirim
- g) Linha de Conectividade entre Núcleos

ATORES ENVOLVIDOS

SVDS. SMSP, SMAJ, FJPO, SEPLAN, Gabinete

AMBIENTAL

EIXO

ATIVIDADE: Criação de Instituição Gestora das Unidades de Conservação (UC)

PRAZO: CURTO

COORDENADOR: SVDS

DETALHAMENTO

- a) Firmar Termo de Cooperação Técnica entre SVDS e FJPO
- b) Adequar a legislação da FJPO para gestão de todas UC
- c) Ampliar e qualificar os recursos humanos que atuam nas Ucs
- d) Viabilização da sustentabilidade financeira das Ucs

INDICADOR

- a) Termo de Cooperação assinado
- b) Adequação da legislação da FJPO e SVDS para repasse da gestão

METAS

Fundação gestora de todas as UC

LOCAL PRIORITÁRIO

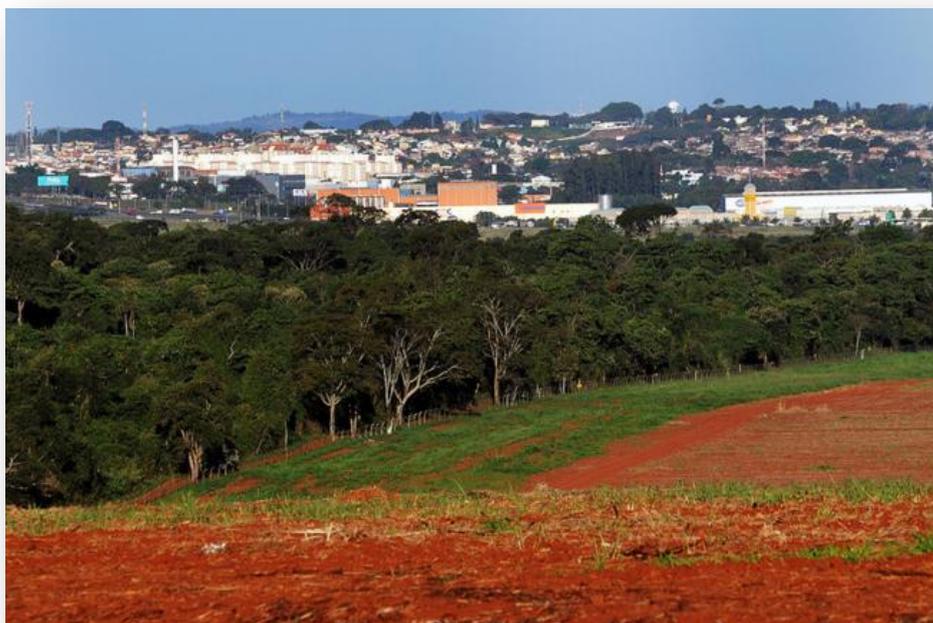
Não se Aplica

ATORES ENVOLVIDOS

SVDS, FJPO, SMAJ, Gabinete do Prefeito

FONTES FINANCEIRAS PREVISTAS

Recursos Próprios da SVDS e FJPO



Fonte: Carlos Bassan

AMBIENTAL

EIXO

ATIVIDADE:

Elaboração e execução de planos de manejo

PRAZO: MÉDIO

COORDENADOR: SVDS

DETALHAMENTO

- a) Contratar serviço de elaboração dos planos de manejo
- b) Dotar as UC de infraestrutura física e quadro técnico adequado
- c) Formar conselhos para as UC
- d) Implantar os programas, conforme indicado no plano de manejo

INDICADOR

- a) Planos de manejo finalizados
- b) Conselhos formados
- c) Implantação de infraestrutura física
- d) Quadro técnico de servidores

METAS

- a) Melhorar a infraestrutura das UC
- b) Manter todos os planos de manejo atualizados
- c) Manter todos os programas em andamento.

ATORES ENVOLVIDOS

SVDS, FJPO, Seplan, SMAJ, Gabinete do Prefeito, SMF, SECOM, SMA

FONTES FINANCEIRAS PREVISTAS

PROAMB, Câmara de Compensação Ambiental, Fundo de Restauração do Bioma da Mata Atlântica, outros fundos que se aplicarem.

LOCAL PRIORITÁRIO

- a) APA de Campinas
- b) APA Campo Grande, PNM dos Jatobás e PNM do Campo Grande
- c) PNM da Mata e RVS do Quilombo



Fonte: Luiz Granzotto

AMBIENTAL

EIXO

ATIVIDADE: Regularização fundiária das Unidades de Conservação (UC) de Proteção Integral Municipais

PRAZO: LONGO

COORDENADOR: SVDS

DETALHAMENTO

- a) Levantamento da titularidade das áreas das unidades de conservação de categoria que necessitem desapropriação
- b) Valoração da área da unidade
- c) Busca de fontes de recurso para desapropriação
- d) Promoção do processo de desapropriações em cada UC de Proteção Integral Municipal que necessite
- e) Demarcação e divulgação dos limites das UC de Proteção Integral Municipais

INDICADOR

- a) nº de UC que necessite desapropriação com posse e domínio públicos

METAS

UC como propriedade pública

LOCAL PRIORITÁRIO

- a) PNM dos Jatobás
- b) PNM do Campo Grande
- c) PNM da Mata

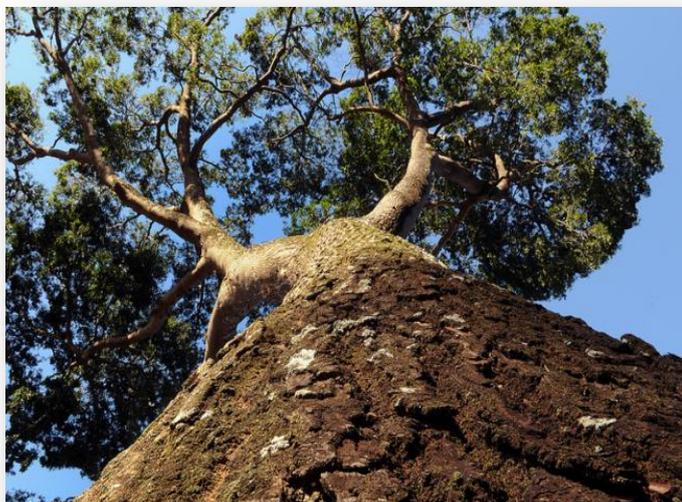
FONTES FINANCEIRAS PREVISTAS

PROAMB, Câmara de Compensação Ambiental, Fundo de Restauração do Bioma da Mata Atlântica, outros fundos que se aplicarem

ATORES

ENVOLVIDOS

SVDS, FJPO, SMF, SMAJ, SEPLAN, Gabinete do Prefeito, SEHAB, SEMURB.



Fonte: Carlos Bassan

AMBIENTAL

EIXO

ATIVIDADE:

Proteção de áreas naturais importantes

PRAZO: LONGO

COORDENADOR: SVDS

DETALHAMENTO

- a) Realizar estudo das áreas apontadas como potenciais
- b) Avaliar possibilidades de regulação sobre referidas áreas
- c) Criação de normativas para proteção de áreas naturais
- d) Inventário de fauna e flora em áreas naturais importantes

INDICADOR

- a) nº de áreas protegidas criadas em relação ao nº de áreas de interesse

METAS

Proteger as áreas naturais identificadas em alta e muita alta prioridade de conservação e alta e muito alta prioridade de recuperação

LOCAL PRIORITÁRIO

Áreas em alta e muita alta prioridade de conservação e alta e muito alta prioridade de recuperação

ATORES ENVOLVIDOS

SVDS, SMAJ, SEPLAN, Gabinete do Prefeito, SMDEST

FONTES FINANCEIRAS PREVISTAS

PROAMB, Câmara de Compensação Ambiental, Fundo de Restauração do Bioma da Mata Atlântica, outros fundos que se aplicarem



Fonte: Carlos Bassan

AMBIENTAL

EIXO

ÁREAS VERDES COM FUNÇÃO ECOLÓGICA

PROGRAMA: RECUPERAÇÃO FLORESTAL

JUSTIFICATIVA

O mapeamento das áreas prioritárias para recuperação indicou a premente necessidade de recuperar ao menos 4.730ha. Além disso, para adequação legal das APP há que se recuperar aproximadamente 70% (7.579ha) das APP degradadas. Assim, o fortalecimento e a intensificação das ações de recuperação garantirá a restauração da função ecológica dessas áreas, visando a melhoria da qualidade ambiental e de vida da população.

RESULTADOS ESPERADOS

- Aumentar a quantidade de áreas recuperadas para garantia de maior biodiversidade
- Incentivar proprietários a viabilizar a recuperação de áreas prioritárias particulares
- Maior autonomia nas ações de recuperação, com aumento da produção de mudas para reflorestamento



Fonte: Carlos Bassan

ATIVIDADE:

Fortalecimento e Aprimoramento da Recuperação de áreas degradadas

PRAZO: LONGO

COORDENADOR: SVDS

DETALHAMENTO

- a) Levantamento Fundiário das áreas a serem recuperadas
- b) Estabelecer recuperação florestal por meio de projetos
- c) Incentivo a mecanismos existentes de isenção de IPTU e inscrição no BAV, estabelecimento de Sistemas agroflorestais (SAF) com fins de fortalecer projetos em áreas privadas
- e) Expansão do Viveiro Municipal

INDICADOR

- a) Porcentagem de levantamento fundiário realizado em relação às áreas para recuperação de classe muito alta de prioridade nos núcleos de conectividade áreas de APP degradada dentro dos limites dos Parques Lineares propostos
- b) Porcentagem de área recuperada em relação ao total proposto para recuperação (2.036ha)
- c) Área (em ha) de SAF implementado em relação às áreas prioritárias para recuperação em áreas rurais
- d) nº de propriedades rurais dispostas a implantar SAF
- e) Número de Processos de Isenção de IPTU

METAS

- a) Levantamento Fundiário concluído em 5 anos
- b) Recuperação de 2.036ha de áreas degradadas em 10 anos, correspondente a 1.560ha de áreas para recuperação de classe muito alta de prioridade nos núcleos de conectividade e 476ha de área de APP degradada dentro dos limites dos Parques Lineares propostos
- c) Iniciar pelo menos um projeto piloto de SAF até final de 2017
- d) Adesão de pelo menos 1 propriedade por ano à implantação de SAF
- d) Divulgação dos programas de incentivo à isenção de IPTU e inscrição no BAV
- e) Atingir capacidade de produção de 350 mil mudas/ano

ATIVIDADE:

Fortalecimento e Aprimoramento da Recuperação de áreas degradadas

FONTES FINANCEIRAS PREVISTAS

SVDS, SMSP, SMF, SMDEST, SEPLAN, SEHAB, Consórcio PCJ, SMA/SP, CATI, EMBRAPA, IAC, Sindicato Rural de Campinas; PROAMB, Fundo de Restauração do Bioma da Mata Atlântica, outros fundos que se aplicarem

LOCAL PRIORITÁRIO

APP degradadas com grau muito alto de prioridade de recuperação nos Núcleos de Conectividade e APP degradada dos Parques Lineares

ATORES ENVOLVIDOS

SVDS, SMSP, SMF, SMDEST, SEPLAN, SEHAB, Consórcio PCJ, SMA/SP, CATI, EMBRAPA, IAC, Sindicato Rural de Campinas, CMDRA



Fonte: Carlos Bassan

INSTITUCIONAL

EIXO

ARCABOUÇO LEGAL

PROGRAMA:
Aprimoramento da legislação municipal referente às Áreas Verdes

JUSTIFICATIVA

Necessidade de revisão do arcabouço legal relacionado às Áreas Verdes existente facilitando sua aplicação, evitando sobreposições e identificando lacunas.

Além disso, para adequação legal das APP há que se recuperar aproximadamente 70% (7.579ha) das APP degradadas. Assim, o fortalecimento e a intensificação das ações de recuperação garantirá a restauração da função ecológica dessas áreas, visando a melhoria da qualidade ambiental e de vida da população.

RESULTADOS ESPERADOS

Maior eficiência e efetividade na gestão das áreas verdes
Atrair maior interesse de proprietários de áreas prioritárias de recuperação em áreas privadas

Maior autonomia nas ações de recuperação, devido a um aumento da produção de mudas para reflorestamento



Fonte: Arquivo PMC

INSTITUCIONAL

EIXO

ATIVIDADE: Levantamento e revisão de toda a legislação municipal relacionada às Áreas Verdes

PRAZO: CURTO

COORDENADOR: SVDS

DETALHAMENTO

- a) Montar um grupo de trabalho específico para revisão
- b) Revisar conteúdo

INDICADOR

- a) nº de normativas revisadas em relação ao total de normativas

METAS

100% das normativas revisadas

LOCAL PRIORITÁRIO

Não se aplica

ATORES ENVOLVIDOS

SVDS, SMAJ, SEPLAN, SMSP, SEMURB, SMS

FONTES FINANCEIRAS PREVISTAS

Recurso Próprio SVDS, SMAJ



Fonte: Arquivo PMC

INSTITUCIONAL

EIXO

ATIVIDADE:

Elaboração de nova legislação ou adequação da legislação

PRAZO: CURTO

COORDENADOR: SVDS

DETALHAMENTO

- a) Proposição de legislação que atenda as necessidades de gestão, proteção e fiscalização das áreas verdes (exemplo: normatização das áreas verdes, e sistema de lazer de novos loteamento e associados ao sistema viário (em andamento), normativa de regulação das competências das pastas sobre a gestão das áreas verdes e controle de queimadas)
- b) Proposição de revogação da legislação com disposições contrárias às propostas do PMV (exemplo: diretrizes de parques lineares existentes nos

INDICADOR

- a) nº de normativas adequadas em relação ao nº de normativas indicadas para adequação
- b) nº de normativas revogadas em relação ao nº de normativas indicadas para revogação

ATORES ENVOLVIDOS

SVDS, SMAJ, Gabinete do Prefeito

LOCAL PRIORITÁRIO

Não se aplica

FONTES FINANCEIRAS

PREVISTAS

Recurso Próprio SVDS, SMAJ, Gabinete do Prefeito

METAS

100% da adequação (proposição ou revogação) das revisões indicadas



Fonte: Carlos Bassan

INSTITUCIONAL

EIXO

ATIVIDADE:

Divulgação da legislação à população

PRAZO: CURTO

COORDENADOR: SVDS

DETALHAMENTO

- a) Realizar estudo das áreas apontadas como potenciais
- b) Avaliar possibilidades de regulação sobre referidas áreas
- c) Criação de normativas para proteção de áreas naturais
- d) Inventário de fauna e flora em áreas naturais importantes

INDICADOR

- a) legislação divulgada

METAS

100% da legislação divulgada

ATORES ENVOLVIDOS

SVDS, SECOM

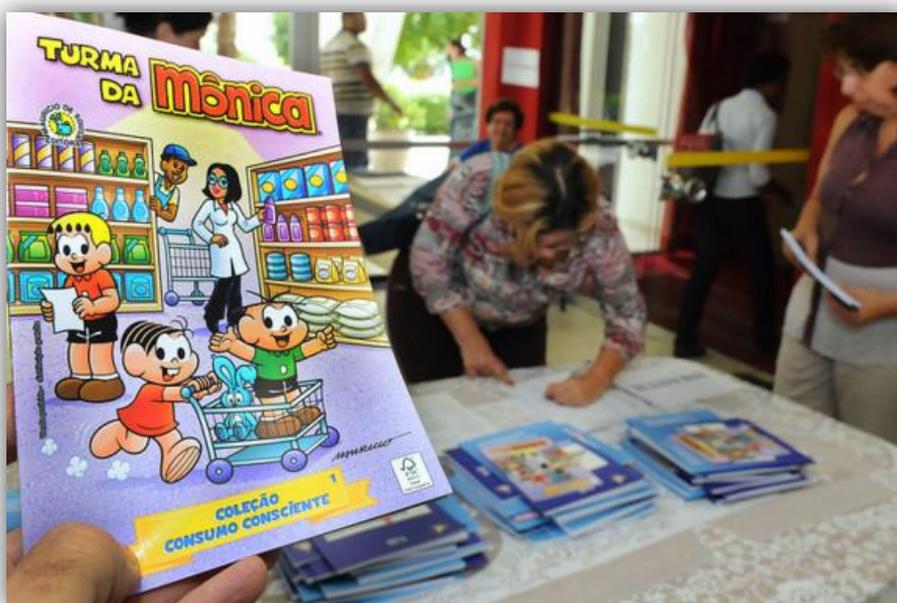
LOCAL PRIORITÁRIO

Não se aplica

FONTES FINANCEIRAS

PREVISTAS

Recurso Próprio SVDS e SECOM;
PROAMB



Fonte: Luiz Granzotto

INSTITUCIONAL

EIXO

POLÍTICO INSTITUCIONAL

PROGRAMA: Acompanhamento e Divulgação do PMV

JUSTIFICATIVA

O sucesso da implantação do PMV cabe, em parte, a dedicação de um grupo permanente de monitoramento dos programas e atividades propostas, bem como o acompanhamento da população, por meio do controle social e de divulgação para conhecimento e envolvimento das várias esferas envolvidas e população

RESULTADOS ESPERADOS

Cumprimento dos programas e atividades do PMV, com maior participação da Sociedade Civil Organizada



Fonte: Toninho Oliveira

INSTITUCIONAL

EIXO

ATIVIDADE:
Acompanhamento do PMV

PRAZO: LONGO

COORDENADOR: SVDS

DETALHAMENTO

- a) Indicação e nomeação em Portaria no Diário Oficial do Municipal dos representantes do Grupo
- b) Acompanhamento periódico dos programas e atividades e posterior divulgação
- c) Providenciar revisão do PMV a cada 5 anos
- d) Elaborar relatórios para envio ao COMDEMA

LOCAL PRIORITÁRIO

Não se aplica

ATORES ENVOLVIDOS

Grupo Técnico do PMV COMDEMA

FONTES FINANCEIRAS PREVISTAS

Grupo Técnico, COMDEMA

INDICADOR

- a) Portaria nomeada
- b) nº de diretrizes e atividades implementadas dentro dos prazos previstos
- c) nº de relatórios enviados ao COMDEMA
- d) nº de manifestações retornada ao Grupo Técnico

METAS

- a) 45 dias após a normativa de instituição do PMV
- b) Acompanhamento bimestral dos programas e atividades do PMV
- c) Encaminhamento de relatório anual de situação ao COMDEMA
- d) Envio e retorno anual de relatórios de situação entre o Grupo Permanente e o COMDEMA



Fonte: SVDS

INSTITUCIONAL

EIXO

ATIVIDADE:

Divulgação da implantação do PMV

PRAZO: LONGO

COORDENADOR: SVDS

DETALHAMENTO

a) Difundir as propostas definidas pelo PMV para os envolvidos e para a população em geral

INDICADOR

a) nº de inserções de divulgação das atividades em diferentes veículos de comunicação

LOCAL PRIORITÁRIO

Não se aplica

METAS

Divulgação dos programas em pelo menos 3 meios de comunicação

FONTES FINANCEIRAS PREVISTAS

SVDS, SECOM, Fundação SOS Mata Atlântica

ATORES ENVOLVIDOS

SVDS, SECOM, Fundação SOS Mata Atlântica



Fonte: SVDS

INSTITUCIONAL

EIXO

POLÍTICO INSTITUCIONAL

PROGRAMA: Fortalecimento Institucional

JUSTIFICATIVA

A ausência de banco de dados e a falta de integração das informações especializadas prejudicam a tomada de decisões dos setores envolvidos com a gestão, proteção e fiscalização das áreas verdes.

Necessidade de definição de procedimentos, dado a sobreposição de projetos em áreas verdes (parques lineares, resolução sobre área verde de loteamento, Plantios em praças).

Maior clareza nos procedimentos, efetividade, celeridade na gestão das áreas verdes.

Ademais, um corpo técnico subdimensionado acarreta em menor eficiência nos processos internos e nos programas de conservação e recuperação florestal.

RESULTADOS ESPERADOS

Maior celeridade e transparência nos processos internos

Maior integração de informações entre os setores

Obtenção do saldo anual entre supressão e plantio

Corpo técnico adequado às demandas e atividades relacionadas à fiscalização e planejamento das áreas verdes

Criação de comitê para mapeamento de processos sobre as áreas verdes

INSTITUCIONAL

EIXO

ATIVIDADE:

Adequação do quadro de servidores

PRAZO: LONGO

COORDENADOR: SVDS

DETALHAMENTO

- a) Dimensionamento adequado de corpo técnico para o desenvolvimento dos trabalhos do BAV e fiscalização ambiental
- b) Dimensionamento de corpo técnico adequado para implantação das ações do PMV

INDICADOR

- a) nº de mudas plantadas sob responsabilidade do BAV por técnico
- b) nº de fiscais por microbacia
- c) Definição de um gestor para o Plano Municipal do Verde e equipe técnica

LOCAL PRIORITÁRIO

Não se aplica

METAS

- a) 1 técnico para cada 30 mil mudas
- b) 1 agente de fiscalização ambiental a cada 5 microbacias
- c) 15 servidores da SVDS que coordenem atividades do Plano

FONTES FINANCEIRAS PREVISTAS

Recurso Próprio SVDS, Gabinete do Prefeito, SMRH

ATORES ENVOLVIDOS

SVDS, Gabinete do Prefeito, SMRH



Fonte: Luiz Granzotto

INSTITUCIONAL

EIXO

ATIVIDADE:

Aperfeiçoamento de processos sobre a gestão de Áreas Verdes

PRAZO: MÉDIO

COORDENADOR: SVDS

DETALHAMENTO

- a) Criação de Grupo Técnico com os Órgãos públicos envolvidos na gestão das Áreas Verdes
- b) Publicar normativas com especificações das atribuições e procedimentos entre os Órgãos

INDICADOR

- a) Grupo técnico criado
- b) Normativa publicada definindo relações entre as Pastas

METAS

Definição sobre a gestão de cada uma das categorias de Áreas verdes explicitada em normativas

LOCAL PRIORITÁRIO

Não se aplica

ATORES ENVOLVIDOS

SVDS, Gabinete do Prefeito, SMSP, SEPLAN, SEHAB, SEMURB, SEINFRA

FONTES FINANCEIRAS PREVISTAS

Recurso Próprio SVDS, Gabinete do Prefeito, SMSP, SEPLAN, SEHAB, SEMURB/, SEINFRA, CONDEPACC



Fonte: Carlos Bassan

INSTITUCIONAL

EIXO

Fortalecimento Institucional

PROGRAMA:

Articulação com outras esferas de gestão das Áreas Verdes

JUSTIFICATIVA

Necessidade de otimizar a conservação e recuperação das áreas prioritárias, por meio da integração com a RMC e a SMA/SP, fortalecendo o estabelecimento de linhas de conectividade e as ações em comum realizadas pelos órgãos gestores de meio ambiente..

RESULTADOS ESPERADOS

Instituição de um acordo entre os órgãos responsáveis pela gestão do meio ambiente nos municípios da RMC

Otimização do uso dos bancos de áreas verdes do Município e Estado

Obtenção do saldo anual entre supressão e plantio



Fonte: SVDS

INSTITUCIONAL

EIXO

ATIVIDADE:
Integração com a RMC

PRAZO: MÉDIO

COORDENADOR: SVDS

DETALHAMENTO

a) Estabelecimento de um acordo entre os municípios da RMC, com a definição de metodologias e estratégias conjuntas para determinação de áreas prioritárias para recuperação e conservação, visando à conectividade dos fragmentos e Unidades de Conservação

INDICADOR

a) nº de municípios abrangidos pelo Programa

METAS

Acordo assinado pelos 20 municípios da RMC

ATORES ENVOLVIDOS

SVDS, Gabinete do Prefeito, AGEMCAMP e Órgãos responsáveis pela gestão do meio ambiente na RMC.

LOCAL PRIORITÁRIO

Não se aplica

FONTES FINANCEIRAS PREVISTAS

Recurso Próprio SVDS e Prefeituras da RMC



Fonte: SVDS

INSTITUCIONAL

EIXO

ATIVIDADE:

Integração com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente

PRAZO: LONGO

COORDENADOR: SVDS

DETALHAMENTO

- a) Indicação pelo Município de áreas prioritárias, objetivando orientar a averbação de Reservas Legais e recuperação de áreas degradadas
- b) Interação do BAV com o Banco de Áreas do Programa Nascentes, otimizando os esforços dos dois órgãos na recuperação ambiental
- c) Estabelecimento de métodos para atingir o balanço positivo entre as autorizações de supressão de vegetação e intervenção de APP licenciadas pela CETESB e sua reposição no município

ATORES ENVOLVIDOS

SVDS, SMA/SP

FONTES FINANCEIRAS PREVISTAS

Recurso Próprio SVDS, SMA/SP; PROAMB, Fundo de Restauração do Bioma da Mata Atlântica e outros fundos que se aplicarem

LOCAL PRIORITÁRIO

Não se aplica

INDICADOR

- a) nº de propriedades rurais com Reservas Legais averbadas dentro das áreas prioritárias
- b) quantidade de área recuperada em relação às áreas prioritárias
- c) nº de áreas indicadas em cada banco
- d) quantidade de áreas (em ha) em cada banco
- e) método definido em funcionamento

METAS

- a) 50% das propriedades rurais com Reservas Legais averbadas dentro das áreas prioritárias
- b) recuperação de 1.340 ha de áreas degradadas em 10 anos, correspondente às APP de classe muito alta de prioridade nos núcleos de conectividade e 250 ha de APP nos Parques Lineares propostos
- c) Banco de Áreas do Estado internalizado nos procedimentos do BAV até o final de 2017
- d) método em funcionamento até o final de 2017

1.3 Avaliação e Monitoramento

A aplicação do Plano Municipal do Verde/Plano Municipal da Mata Atlântica (PMV/PMMA) deve ser acompanhada de um processo de monitoramento e avaliação de seus programas e atividades. A avaliação, realizada através do Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA) terá como objetivo a transparência no que diz respeito à implantação do PMV no município.

A avaliação consiste em dizer se os resultados encontram-se em situação satisfatória ou insatisfatória. Sugerimos que a avaliação do Plano seja feita anualmente junto ao COMDEMA e sua revisão não ultrapasse 10 anos.

O método de avaliação em escala escolhido para o PMV, foi criado por Rensis Likert em 1932 e permite a mensuração de um determinado resultado em um número reduzido de pontos de escolha. Com o sistema proposto a avaliação fica restrita a cinco categorias de resposta, sendo duas positivas, duas negativas e uma neutra no meio da escala, eliminando o fator de indecisão dos avaliadores, que muitas vezes pode prejudicar o processo avaliativo devido à tendência em se selecionar pontos medianos ou razoáveis em escalas de avaliação (VIEIRA e DALMORO, 2008).

A Escala Likert consiste em avaliar cada ação individualmente dentro de uma escala de variação de 1 a 5, onde a escala 1 representa implantação totalmente satisfatória, a escala 2 implantação satisfatória, a escala 3 indecisão sobre o nível de implantação, a escala 4 implantação insatisfatória e a escala 5 implantação totalmente insatisfatória (VIEIRA e DALMORO, 2008).

O modelo de ficha de avaliação (Figura 1) elaborada para acompanhamento do PMV é constituída por diversos itens descritivos, facilitando dessa maneira o processo avaliativo a ser realizado. Dentre os itens contidos na ficha estão o nome do programa, o prazo estipulado para implantação do mesmo e o coordenador responsável pela sua aplicação. A parte descritiva da ficha contém a descrição individual das atividades a serem desenvolvidas, o prazo estipulado para a implantação dessa atividade, os indicadores utilizados e as metas estipuladas para cada atividade. Ainda antes do espaço destinado à avaliação das atividades desenvolvidas o avaliador pode realizar comentários que acredite que possam ser relevantes e auxiliar na execução do PMV.

Data da Avaliação:					
Programa:					
Prazo do Programa:					
Coordenador:					
Atividades	Prazo da Atividade	Indicador	Metas	Comentários	Avaliação

Figura 1: Modelo de ficha de avaliação e monitoramento para acompanhamento do PMV.

1.4 Matriz de demanda e atendimento

A Matriz de demanda e atendimento foi elaborada visando o esclarecimento acerca da origem dos Programas estabelecidos pela equipe técnica do Plano Municipal do Verde (PMV). A partir da observação da matriz é possível visualizar a demanda propriamente dita, sua origem (árvore de problemas, oficina participativa ou consulta pública) e o detalhamento de seu atendimento.

Todos os programas do PMV foram elaborados com base nas demandas levantadas pelo Grupo de Trabalho e através das consultas e oficinas públicas realizadas durante o processo de elaboração do plano, visando o atendimento dos problemas levantados pelos participantes do processo de criação do plano.

Os quadros abaixo apresentam o enquadramento das demandas e sua origem (Árvore de Problemas elaborada pelo Grupo de Trabalho, Oficinas Participativas, Consulta Pública, Questionário Online, E-mail ou Protocolos) nos programas e atividades específicas.

EIXO AMBIENTAL

TEMA: ÁREAS VERDES COM FUNÇÃO SOCIAL

PROGRAMA 1: Gestão das Áreas Verdes de Função Social

ATIVIDADE: Promoção de atividades de lazer, esporte, cultura nas áreas verdes

Demanda	Origem da Demanda
Uso inadequado das Áreas Verdes de função social pela população	Oficinas Participativas e Árvore de Problemas (GT)
Desconhecimento das Áreas Verdes de função social e das atividades nelas desenvolvidas	Oficinas Participativas e Consulta Pública
Falta de atrativos	Oficinas Participativas
Depredação das Áreas Verdes de função social	Árvore de Problemas (GT)
Falta de qualidade ambiental nas Áreas Verdes de função social	Oficinas Participativas e Árvore de Problemas (GT)
Falta de qualidade ambiental nas Áreas Verdes de função social	Oficinas Participativas e Árvore de Problemas (GT)
Utilização noturna dos parques	Oficina Setorial Rural e Conselhos
Usos múltiplos dos parques lineares	Árvore de Problemas (GT)
ATIVIDADE: Intensificação da segurança nas áreas verdes	
Demanda	Origem da Demanda
Utilização noturna dos parques	Oficina Setorial Rural e Conselhos

Depredação das Áreas Verdes de função social	Árvore de Problemas (GT)
Falta de segurança	Oficinas Participativas e Consulta Pública
ATIVIDADE: Instalação de estruturas e equipamentos públicos de lazer	
Demanda	Origem da Demanda
Falta de qualidade ambiental nas Áreas Verdes de função social	Oficinas Participativas e Árvore de Problemas (GT)
Falta de estrutura	Oficinas Participativas e Consulta Pública
Falta de qualidade ambiental nas Áreas Verdes de função social	Oficinas Participativas e Árvore de Problemas (GT)
Distância/Inacessibilidade	Oficinas Participativas e Consulta Pública
Desconhecimento de outras Áreas Verdes de função social no município	Oficinas Participativas e Consulta Pública
Falta de manutenção das áreas verdes de função social	Oficinas Participativas, Consulta Pública e Árvore de Problemas (GT)
Implantação de "Academia da terceira idade" e de playgrounds nas praças e Áreas Verdes de loteamento com área de descanso	Oficina Setorial Rural e Conselhos
Implementação de ciclovias nas Áreas Verdes de função social	Árvore de Problemas (GT)
ATIVIDADE: Mapeamento das Praças	
Demanda	Origem da Demanda
Levantamento das Áreas Verdes do sistema viário	Árvore de Problemas (GT)
ATIVIDADE: Implantação de Parques Lineares	
Demanda	Origem da Demanda
Regularização fundiária em áreas de parques lineares	Árvore de Problemas (GT)
Criação de parques e bosques urbanos nas áreas de maior déficit	Oficina Setorial Rural e Conselhos
Criação de parque público no Jardim Miriam	Consulta Pública
Sobreposição dos parques lineares no SAV-UC com outras diretrizes	Árvore de Problemas (GT)
Necessidade de criação de um grupo de trabalho para elaboração de políticas de parques lineares com eixos prioritários	Árvore de Problemas (GT)
Falta de setorização e estabelecimento de eixos para parques lineares	Árvore de Problemas (GT)
Necessidade de revisão das diretrizes propostas para parques lineares	Árvore de Problemas (GT)
Regularização fundiária em áreas de parques lineares	Árvore de Problemas (GT)
Realização de plano urbano a longo prazo na Vila Industrial, Parque Industrial, Jardim São Bernardo, Jardim São Bento e criação de um Parque Linear que sirva como elemento de conectividade entre Áreas Verdes.	Consulta Pública
Projetos de paisagismo nos parques lineares	Árvore de Problemas (GT)
Incorporação de toda a extensão do corredor ecológico – Parque Linear Ribeirão das Pedras	E-mail/ Protocolo

TEMA: ÁREAS VERDES COM FUNÇÃO ECOLÓGICA

PROGRAMA 2: Conservação Florestal

ATIVIDADE: Controle de Queimadas

Demanda

Origem da Demanda

Queimadas em Áreas Verdes

Árvore de Problemas (GT)

ATIVIDADE: Manejo de espécies vegetais exóticas e invasoras

Demanda

Origem da Demanda

Plantio de espécies exóticas

Árvore de Problemas (GT)

ATIVIDADE: Gestão dos Patrimônios Naturais Tombados

Demanda

Origem da Demanda

Falta de material descritivo e necessidade de mapeamento e georreferenciamento de áreas a serem tombadas

Árvore de Problemas (GT)

Desmatamento, fragmentação e efeito de borda

Árvore de Problemas (GT)

Invasão de Áreas Verdes por animais domésticos

Árvore de Problemas (GT)

Descontrole populacional de consumidores primários e aumento do nicho de predadores

Árvore de Problemas (GT)

Ausência de banco de dados das áreas tombadas e em processo de tombamento

Árvore de Problemas (GT)

Definição das zonas envoltórias das áreas tombadas e em processo de tombamento

Árvore de Problemas (GT)

Fragilidade legal e processual no tombamento de bens

Árvore de Problemas (GT)

Falta de informações ao proprietário sobre o tombamento

Árvore de Problemas (GT)

ATIVIDADE: Definição e viabilidade para a linha de conectividade (contemplando passagens de fauna)

Demanda

Origem da Demanda

Atropelamentos e falta de consideração da fauna em projetos viários

Árvore de Problemas (GT)

Aumentar a biodiversidade das áreas verdes urbanas

Oficina Setorial Rural e Conselhos

Promover a conectividade de remanescentes florestais e estabelecer corredores ecológicos prioritários

Oficina Setorial Rural e Conselhos

Perda da biodiversidade da fauna e da flora

Árvore de Problemas (GT)

Animais vítimas de ações antrópicas

Árvore de Problemas (GT)

Desmatamento, fragmentação e efeito de borda

Árvore de Problemas (GT)

Endogamia

Árvore de Problemas (GT)

Animais sinantrópicos

Árvore de Problemas (GT)

Descontrole populacional de consumidores primários e aumento do nicho de predadores

Árvore de Problemas (GT)

ATIVIDADE: Criação de Instituição Gestora das UC

Demanda

Origem da Demanda

Dificuldade e lentidão no processo de implantação de novas UC

Árvore de Problemas (GT)

Falta de manutenção das UC

Árvore de Problemas (GT)

Falta de recursos financeiros para implantação de novas UC

Árvore de Problemas (GT)

Necessidade de Avaliação da Possibilidade de Permuta entre Áreas de UC

Árvore de Problemas (GT)

Dificuldade no processo de desapropriação de áreas com interesse em criação de UC

Árvore de Problemas (GT)

ATIVIDADE: Elaboração e execução de planos de manejo

Demanda

Origem da Demanda

Invasão de Áreas Verdes por animais domésticos

Árvore de Problemas (GT)

Desmatamento, fragmentação e efeito de borda

Árvore de Problemas (GT)

Descontrole populacional de consumidores primários e aumento do nicho de predadores

Árvore de Problemas (GT)

Necessidade de formação de conselho gestor das UC existentes

Árvore de Problemas (GT)

ATIVIDADE: Regularização fundiária das UC de Proteção Integral Municipais

Demanda

Origem da Demanda

Falta de respaldo na negociação com os proprietários de áreas com interesse em criação de UC

Árvore de Problemas (GT)

Dificuldade na identificação da titularidade de áreas onde serão criadas UC

Árvore de Problemas (GT)

Necessidade de Avaliação da Possibilidade de Permuta entre Áreas de UC

Árvore de Problemas (GT)

Dificuldade no processo de desapropriação de áreas com interesse em criação de UC

Árvore de Problemas (GT)

ATIVIDADE: Proteção de áreas naturais importantes

Demanda

Origem da Demanda

Falta de consideração da fauna em programas de revegetação

Árvore de Problemas (GT)

PROGRAMA 3: Recuperação Florestal

ATIVIDADE: Fortalecimento e Aprimoramento da Recuperação de áreas degradadas

Demanda

Origem da Demanda

Recuperação da APP de área vizinha a da Vila Brandina

Consulta Pública

Falta de matas ciliares

Árvore de Problemas (GT)

Ocupações irregulares e expansão imobiliária em Áreas Verdes de função ecológica

Árvore de Problemas (GT)

Falta de estímulo aos proprietários rurais para preservação de Áreas Verdes

Árvore de Problemas (GT)

Degradação de nascentes

Árvore de Problemas (GT)

EIXO INSTITUCIONAL

TEMA: ARCABOUÇO LEGAL

PROGRAMA 4: Aprimoramento da legislação municipal referente às Áreas Verdes

ATIVIDADE: Levantamento e revisão de toda a legislação municipal relacionada às Áreas Verdes; Elaboração de nova legislação ou adequação da legislação avaliada

Demanda

Origem da Demanda

Falta de definição sobre o sistema de Áreas Verdes de loteamento	Árvore de Problemas (GT)
Problematização sobre a função das Áreas Verdes do sistema viário	Árvore de Problemas (GT)
Criação de novas regras e nova legislação sobre as Áreas Verdes de loteamento	Árvore de Problemas (GT)
Necessidade de levantamento de legislação vigente	Árvore de Problemas (GT)
Falta de conhecimento sobre as áreas a serem utilizadas para criação das Áreas Verdes do sistema viário	Árvore de Problemas (GT)
Falta de planejamento sobre as Áreas Verdes do sistema viário	Árvore de Problemas (GT)

ATIVIDADE: Divulgação da legislação à população

Demanda

Origem da Demanda

Descumprimento da legislação

Árvore de Problemas (GT)

TEMA: POLÍTICO INSTITUCIONAL

PROGRAMA 5: Acompanhamento e Divulgação do PMV

ATIVIDADE: Acompanhamento do PMV

Demanda

Origem da Demanda

Falta de planejamento

Árvore de Problemas (GT)

ATIVIDADE: Divulgação da implantação do PMV

Demanda

Origem da Demanda

Falta de conhecimento da população sobre a importância das Áreas Verdes de função ecológica

Árvore de Problemas (GT)

PROGRAMA 6: Fortalecimento Institucional

ATIVIDADE: Adequação do quadro de servidores

Demanda

Origem da Demanda

Falta de recursos humanos

Árvore de Problemas (GT)

Depredação das Áreas Verdes de função ecológica

Árvore de Problemas (GT)

ATIVIDADE: Aperfeiçoamento de processos sobre a gestão de Áreas Verdes

Demanda

Origem da Demanda

Falta de integração das pastas

Árvore de Problemas (GT) e Oficina COMDEMA

Falta de políticas públicas específicas para os parques lineares

Árvore de Problemas (GT)

Capinas inadequadas em Áreas de Preservação Permanente
Ingerência dos parques

Árvore de Problemas (GT)

Árvore de Problemas (GT)

Implantação de poços ou valas de infiltração nas praças e Áreas Verdes de loteamento

Oficina Setorial Rural e Conselhos

Diretriz viária em Área de Preservação Permanente

Árvore de Problemas (GT)

PROGRAMA 7: Articulação com outras esferas de gestão das Áreas Verdes**ATIVIDADE: Integração com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente**

Demanda	Origem da Demanda
Falta de comunicação com os ruralistas e de informações sobre o CAR	Árvore de Problemas (GT)
Falta de estímulo aos proprietários rurais para preservação de Áreas Verdes	Árvore de Problemas (GT)
Baixa aderência ao CAR	Árvore de Problemas (GT)
Necessidade de criação de prazo para o CAR	Árvore de Problemas (GT)
Dificuldade do munícipe em aderir ao CAR	Árvore de Problemas (GT)
Sensibilização dos proprietários sobre a importância das reservas legais	Árvore de Problemas (GT)
Criação dos critérios de definição para implantação de reservas legais	Árvore de Problemas (GT)

SOLICITAÇÕES NÃO ATENDIDAS

DEMANDA	ORIGEM DA DEMANDA	JUSTIFICATIVA
Manutenção do zoneamento rural	Oficina Setorial Rural e Conselhos	Tema afeto ao Plano Diretor
Falta de políticas rurais no município	Árvore de Problemas (GT)	Tema afeto ao Plano Diretor
Criação de parque público em Barão Geraldo	Consulta Pública/ Protocolo	Área indicada com vocação ecológica. Priorização para implantação de parques em locais com Déficit de Áreas Verdes Sociais Alto
Conscientização e educação ambiental	Oficina Setorial Rural e Conselhos	As ações de Educação Ambiental são tratada em atividades já desenvolvidas e descritas no Plano Municipal de Educação Ambiental
Falta de ações de educação ambiental	Oficina COMDEMA	As ações de Educação Ambiental são tratada em atividades já desenvolvidas e descritas no Plano Municipal de Educação Ambiental
Definição das espécies de plantio	Árvore de Problemas (GT)	A lista de espécies para projetos de recuperação já existe
Uso indiscriminado de agrotóxicos	Árvore de Problemas (GT)	Fiscalização e regulação compete ao Governo do Estado - Escritório de Defesa Agropecuária de Campinas
Zona de amortecimento em todo o perímetro do Parque Linear Ribeirão das Pedras, onde a nova LUOS não permita um aumento da densidade de ocupação urbana em toda a área imediatamente adjacente a esse corredor ecológico	E-mail/ Protocolo	Tema afeto ao Plano Diretor e LUOS- Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Árvore do Parque Natural Municipal do Campo Grande
Fonte: SVDS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo dinâmico e intenso da urbanização e ausência de planejamento muitas vezes negligenciam a demanda e o cuidado com as Áreas Verdes, resultando na redução da cobertura vegetal e carência de espaços públicos comuns. No entanto, a busca pela melhoria na qualidade de vida da população nos centros urbanos e pela sustentabilidade ambiental está vinculada fortemente à gestão das Áreas Verdes. Essa relação consiste principalmente na promoção do bem-estar e saúde da população, manutenção e melhoria da biodiversidade dos ecossistemas, bem como em benefícios econômicos relevantes.

O Plano Municipal do Verde caracterizou-se como um documento norteador e unificador, com diretrizes estabelecidas e metas bem delineadas para uma gestão eficaz, eficiente e integrada das Áreas Verdes no município de Campinas.

Ou seja, trata-se de um instrumento que, através do diagnóstico da situação atual que levou ao estabelecimento de programas e ações, visa assegurar a quantidade e a qualidade das áreas verdes do município, incluindo as áreas com função social (parques e bosques) e também as de função ecológica (áreas de preservação permanente, fragmentos florestais existentes, corredores ecológicos de fauna), atendendo aos objetivos gerais estabelecidos pelo PMV (publicados no Documento Orientador¹).

Os objetivos específicos também foram atingidos, a conceituação, o conhecimento da localização e a classificação das Áreas Verdes foi um marco sobre o reconhecimento dessas áreas no município, com o mapeamento das Áreas Verdes por categoria e realizadas as análises pela distribuição das mesmas.

Foram identificados os problemas socioambientais que causam conflitos e dificultam a implantação do Sistema de Áreas Verdes e Unidades de Conservação e nas propostas apresentadas foram consideradas as dificuldades e oferecidas alternativas, que são de fundamental importância para que o poder público possa direcionar suas ações no controle, manutenção e ampliação, permitindo minimizar os problemas e as carências relacionadas com a gestão das Áreas Verdes.

O Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica é parte integrante do PMV, de forma que as análises a respeito da Mata Atlântica atenderam aos critérios determinados no Decreto Federal nº 6.660/08, como o diagnóstico da vegetação nativa contendo mapeamento dos remanescentes, indicação dos principais vetores de desmatamento ou destruição da vegetação nativa, mapeamento das áreas prioritárias para conservação e recuperação da vegetação nativa; e ações preventivas aos desmatamentos ou destruição da vegetação nativa e de conservação e utilização sustentável da Mata Atlântica no Município.

Os programas foram desenvolvidos considerando as análises técnicas e das contribuições e demandas da população e organização civil organizada, que participaram das oficinas e consultas públicas, responderam a questionários e enviaram e-mails. A organização dos programas se deu pelos Eixos Ambiental (Áreas Verdes Sociais e Ecológicas) que envolvem atividades de promoção de atividades de lazer, cultura e esporte, segurança, infraestrutura nas Áreas Verdes, acessibilidade e implantação de novos Parques Lineares, bem como controle de queimadas, manejo de

¹ Documento Orientador disponível em:
http://campinas.sp.gov.br/arquivos/meio-ambiente/documento_orientador_03.03.15.pdf

espécies vegetais exóticas e invasoras, gestão dos Patrimônios Naturais Tombados e das Unidades de Conservação; Eixo Institucional abrangendo o aprimoramento da legislação municipal referente às Áreas Verdes, acompanhamento e divulgação do PMV, fortalecimento institucional e articulação com outras esferas de gestão das Áreas Verdes.

Assim, o Plano Municipal do Verde é apenas o começo de um novo tempo, cujo planejamento atende às necessidades da gestão pública e da população, visando a melhoria da qualidade de vida da população e dos ecossistemas.

PMV em números:

- ✓ 06 Oficinas Participativas (cinco espalhadas pelo território de Campinas, uma oficina com o setor rural e instituições técnicas e de pesquisa)
- ✓ 02 Oficinas com o Comdema (em parceria com a SOS Mata Atlântica)
- ✓ 01 Consulta Pública da Fase de Diagnóstico
- ✓ 241 Questionários online preenchidos
- ✓ 07 Programas, 23 atividades
- ✓ Proposição de 49 trechos de Parques Lineares, que abrangerão 940 ha
- ✓ Proposição de 1.677 ha de áreas protegidas
- ✓ 280 km de Linha de Conectividade para implantação de corredores ecológicos
- ✓ 1.590 ha de Áreas de Preservação Permanente recuperadas
- ✓ 2.650.530 mudas²
- ✓ 6 núcleos de conectividade prioritários
- ✓ 10 anos para implantação
- ✓ Índice de Área Verde Social atual: 6,2 m²/hab
- ✓ Índice de Área Verde Social 2020 (m²/hab): 9,0 m²/hab³
- ✓ Índice de Área Verde Social 2025 (m²/hab): 12,8m²/hab⁴
- ✓ Índice de Área Verde: 87 m²/hab, que será mantido com a implantação do Sistema de Áreas Verdes e Unidades de Conservação até 2025

² Considerou-se 1.667 mudas/hectare

³ Implantação das Classes 1 e 2 de prioridade de Parques Lineares

⁴ Implantação das Classes 3, 4 e 5 de prioridade de Parques Lineares



REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

VIEIRA, K. M.; DALMORO, M. Dilemas na Construção de Escalas Likert: o Número de Itens e a Disposição Influenciam nos Resultados? Anais XXXII Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 6 a 10 de setembro de 2008.